

**A. I. N°** - 779619609/06  
**AUTUADO** - EVERALDO GUEDES PEREIRA  
**AUTUANTE** - WINSTON PACHECO  
**ORIGEM** - IFMT - NORTE  
**INTERNET** - 25. 10. 2006

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACORDÃO JJF N° 0310-04/06**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE CAIXA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Saldo positivo apurado da diferença entre o numerário existente no caixa e o somatório de valores das notas fiscais e demais documentos emitidos até antes do início da ação fiscal, salvo comprovação em contrário, é indicativo de que o contribuinte realizou vendas sem emissão da documentação fiscal correspondente. Imputação não elidida. Indeferido o pedido de redução da multa com base no art. 158 do RPAF/99. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 26/06/2006, para aplicar multa no valor de R\$690,00, decorrente da constatação de venda de mercadoria sem emissão da documentação fiscal, comprovada através da auditoria de caixa.

O autuado, à fl. 14 /15, apresentou defesa argumentando que foi uma operação injusta por ser um contribuinte idôneo, além do fato de que 98% de suas vendas são de produtos enquadrados na substituição tributária, tecendo comentários sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas pequenas.

O auditor autuante, à fl. 29/30, o autuado não acolhe os argumentos defensivos, ressaltando que a emissão de documento fiscal é obrigatória em qualquer hipótese, não havendo exceção. Destaca que o autuando confessa o acerto no procedimento ao afirmar que tem dificuldade de caixa. Salienta que operação é realizada diariamente nos contribuinte de todo o Estado da Bahia,

**VOTO**

Da análise do que consta nos autos do processo, constato que se trata de Auto de Infração lavrado para exigir multa por falta de emissão da documentação fiscal.

O RICMS/97, ao regulamentar as hipóteses em que devem ser emitidos os documentos fiscais, em seu art.201, estabelece que as notas fiscais, como por exemplo: a) os modelos 1 e 1 A; b) as notas fiscais de venda a consumidor; c) o cupom fiscal; d) a nota fiscal – microempresa; e) a nota fiscal – empresa de pequeno porte, entre outros, serão emitidos pelos contribuintes sempre que realizarem operações ou prestações de serviços sujeitas à legislação do ICMS.

No mesmo sentido o art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, estabelece multa específica para os estabelecimentos comerciais que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Entendo que a infração às normas estabelecidas no art. 201, acima citado, está caracterizada, pois através de levantamento fiscal realizado pela auditora, utilizando o procedimento de auditoria de

caixa, ficou comprovado a existência de valores em caixa sem a documentação comprobatória de sua origem e sem as correspondentes notas fiscais emitidas para as operações.

Quanto ao argumento defensivo de que a maior parte de suas vendas é de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, o mesmo não é capaz de elidir a infração, pois não existe na legislação do ICMS esta possibilidade de dispensa de emissão do documento fiscal nas vendas realizadas pelo estabelecimento autuado. No mesmo modo, também, não é capaz de elidir a acusação o argumento defensivo de o autuado tem dificuldade financeiras, uma vez que a infração foi devidamente caracterizada.

Para corroborar com o entendimento acima exposto transcrevo parte do Voto Vencedor, proferido no Acórdão CJF Nº 1111/01, pela Douta Julgadora Sandra Urânia Silva Andrade, da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal:

*"Data venia"* o voto da douta Relatora, entendemos não deva ser provido o presente Recurso Voluntário, que se restringe ao pedido de dispensa de multa com base no art. 158, do RPAF/99, visto que a infração cometida pelo recorrente caracteriza-se, a meu ver, em infração que deve ser exemplarmente gravada, posto que a falta de emissão de documento fiscal quando da realização de operações ou prestações tributadas pelo ICMS, além de se constituir em infração tributária, é ato lesivo à sociedade, e ainda que tal ato não tenha importado em falta de pagamento deste imposto, que foi exigido de forma incontinente pela fiscalização quando da constatação da infração, o mesmo pode importar em falta de pagamento de outros tributos, de outras esferas tributantes, e pode permitir distorção ou encobrir real receita do estabelecimento, refletindo até mesmo na faixa de enquadramento que de fato deve estar inserida o contribuinte autuante, dentro do sistema SIMBAHIA."

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 779619609/06, lavrado contra **EVERALDO GUEDES PEREIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, "a", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, conforme estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE/RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE SOUZA - JULGADOR